



1  
2 **PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA**  
3 **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS JURÍDICOS (DHJ)**

4 **Ata número seis**

5 No dia 25 de maio de 2016, nas instalações da Câmara Municipal de Cascais, pelas 12h30,  
6 reuniu o júri designado por deliberação da Câmara Municipal de 7 de setembro de 2015, em  
7 conformidade com o artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, alterada pela Lei n.º 82-  
8 B/2014, de 31 de Dezembro, que procedeu à adaptação à administração local do Estatuto do  
9 Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pelas  
10 Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de  
11 abril, n.º 64/2011, de 22 de dezembro, Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e n.º 128/2015, de 3  
12 de setembro, para o procedimento concursal de seleção para o cargo de Direção Intermédia  
13 de 1.º grau, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos (DHJ),  
14 estando presentes, Marina Pereira, Diretora de Serviços, na qualidade de Presidente do Júri, e  
15 os vogais Bernardo Maria Melo Pinto Gonçalves, Diretor Municipal, e Marco André Costa  
16 Martins Espinheira, Diretor Municipal, para:

- 17 1. Aplicar a fórmula de classificação final;  
18 2. Proceder à proposta de designação;

19  
20 **I- Classificação Final**

21 Aplicada a ponderação a cada método, prevista na ata n.º 1, resultou a classificação final dos  
22 candidatos, que se encontra, também, anexa à presente ata e que dela faz parte integrante  
23 (ANEXO I).

24  
25 **II- Proposta de designação**

26 Em cumprimento do n.º 6 do artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual  
27 redação, e considerando os resultados obtidos pelos candidatos, e que esses refletem a  
28 adequação ao perfil exigido, a “*competência técnica e aptidão para o exercício de funções de*  
29 *direção*”, deliberou o júri propor a designação da candidata **Maria Ivone Francisco Texugo**  
30 **Ferreira Marques** como Diretora do Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos  
31 (DHJ).

32 Em anexo se apresenta proposta de designação com a respetiva fundamentação (ANEXO II).

33  
34 25 de maio de 2016

35 O Júri,

O Presidente do Júri	O Vogal Efetivo	O Vogal Efetivo
		
Marina Pereira	Bernardo Maria Melo Pinto Gonçalves	Marco André Costa Martins Espinheira

36

37



38

**ANEXO I**

39

40

**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

41

**PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA**

42

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS JURÍDICOS (DHJ)**

<b>NOME</b>	<b>AVALIAÇÃO CURRICULAR</b>	<b>ENTREVISTA PÚBLICA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO FINAL</b>
<b>LÍDIA GASPAR</b>	11,750	18,000	16,125
<b>LÚCIA FLECHA CORREIA SOARES</b>	11,000	16,000	14,500
<b>MARIA CRISTINA DE FIGUEIREDO DA COSTA E SILVA</b>	15,000	16,000	15,700
<b>MARIA IVONE FRANCISCO TEXUGO FERREIRA MARQUES</b>	18,500	18,000	18,150

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

ANEXO II

60

61

PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO

62

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA

63

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS JURÍDICOS (DHJ)

64

Em cumprimento do n.º 6 do artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e considerando que:

65

66

O júri do procedimento concursal para o provimento do titular do cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos (DHJ), definiu na sua Ata n.º 1 os critérios de seleção a considerar na avaliação das competências técnicas e comportamentais;

67

68

69

As competências técnicas foram avaliadas em sede de “Avaliação Curricular”, relevando para aquelas, as habilitações académicas, a experiência profissional em funções técnicas e em funções de coordenação ou direção, e a formação profissional em áreas técnicas e de gestão/direção relevantes para o exercício do cargo;

70

71

72

73

A “*aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo*” foi aferida pelas competências comportamentais previamente definidas, e que estas foram alvo de avaliação no método de seleção “Entrevista Pública”;

74

75

76

A candidata **Maria Ivone Francisco Texugo Ferreira Marques** possui os requisitos legais exigidos pelo n.º 1 do artigo 12º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e do artigo 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para o provimento do referido cargo;

77

78

79

80

A referida candidata revelou, de entre os candidatos admitidos à Entrevista Pública, possuir relevante competência técnica, na área de atividade das atribuições da Unidade Orgânica em causa, especificamente no âmbito jurídico e da gestão de recursos humanos, adquirida e desenvolvida ao longo da sua experiência profissional, bem como experiência anterior em funções semelhantes, e qualificação académica e profissional adequada e significativa para o exercício das funções inerentes ao cargo a prover;

81

82

83

84

85

86

A candidata **Maria Ivone Francisco Texugo Ferreira Marques** revelou aptidão para o exercício do cargo, manifestando ao longo da entrevista, na qual foram exploradas as suas experiências profissionais, um bom Compromisso com o Serviço Público e Orientação para Resultados, possuir uma boa capacidade de Planear e Organizar as atividades e Visão Estratégica, evidenciando uma elevada capacidade de Liderança e de Decisão, e uma elevada Tolerância à pressão e contrariedades;

87

88

89

90

91

92

Aplicados os métodos de seleção, a candidata obteve a melhor valoração na classificação final – 18,150 valores;

93



94 Se prevê, face ao supra indicado e aos resultados obtidos em ambos os métodos de seleção  
95 aplicados, uma elevada capacidade de adaptação ao cargo, bem como um desempenho de  
96 qualidade no exercício das funções a esse inerentes;

97 Propõe-se a designação da candidata **Maria Ivone Francisco Texugo Ferreira Marques** para  
98 Diretora do Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos (DHJ), cuja síntese  
99 curricular se apresenta infra.

100

101

### Síntese Curricular

102 **Maria Ivone Francisco Texugo Ferreira Marques** é Licenciada em Direito pela Universidade  
103 Internacional, pós-graduada em Ciências Jurídico-Públicas pela Faculdade de Direito da  
104 Universidade Católica;

105 Desde dezembro de 2014 que desempenha as funções de Diretora do Departamento de  
106 Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Cascais, cabendo-lhe, entre  
107 outras atividades, a concretização da estratégia global de gestão de recursos humanos, numa  
108 ótica de valorização profissional e pessoal e de melhoria do desempenho profissional, a  
109 coordenação de forma integrada o desenvolvimento das atividades relacionadas com a gestão  
110 de recursos humanos, acompanhar e implementação de projetos com vista a garantir as  
111 condições de higiene e segurança e saúde no trabalho, instruir processos de contraordenação  
112 e superintender as tarefas ligadas aos assuntos jurídicos;

113 Desde janeiro de 2013, exerce em acumulação, o cargo de coordenadora do Gabinete de  
114 Apoio à Câmara e Notariado da Câmara Municipal de Cascais, tendo como principais  
115 responsabilidades, convocatórias, organização de agendas e preparação dos processos para  
116 apreciação e deliberação da Câmara Municipal; apoio às reuniões da Câmara Municipal,  
117 assegurar o cumprimento das deliberações da câmara, assegurar a ligação institucional entre a  
118 Câmara Municipal e as juntas de freguesia, dar apoio às sessões da Câmara Municipal,  
119 assegurar o funcionamento dos Gabinetes de Apoio dos vereadores, assegurar a preparação e  
120 formalização dos atos notariais em que o Município seja parte;

121 Entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012, foi Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos da  
122 Câmara Municipal de Cascais, neste âmbito coube-lhe a supervisão da assessoria jurídica  
123 prestada à Câmara Municipal e aos serviços municipais; assegurar o aperfeiçoamento técnico-  
124 jurídico dos atos administrativos municipais, a divulgação e o conhecimento oportuno da  
125 legislação, regulamentos e normas essenciais à gestão municipal, a participação na elaboração  
126 de regulamentos, posturas, normas e despachos internos, a promoção da defesa contenciosa  
127 dos interesses do Município de Cascais, velar pelo cumprimento da legalidade;

128 De janeiro de 2005 a dezembro de 2012 desempenhou funções de coordenadora do Gabinete  
129 de Assuntos Jurídicos, desenvolvendo a sua atividade na área da assessoria Jurídica;

130 Entre fevereiro de 1992 até dezembro de 2004, exerceu funções, no âmbito da carreira técnica  
131 superior de Direito, na Câmara Municipal de Cascais, de assessoria jurídica, nomeadamente  
132 elaboração de pareceres e informações na área do Direito Administrativo, apreciação de

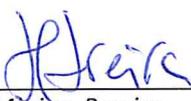
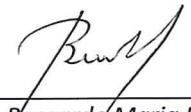
133 processos sujeitos a licenciamento, obras particulares e operações de loteamento, e, ainda de  
134 empreendimentos turísticos, empreitadas de obras públicas e contratação pública apreciação  
135 da legalidade aplicável ao procedimento de elaboração de planos municipais de ordenamento  
136 do território, apreciação de processos/procedimentos referentes a empreitadas e obras  
137 públicas e aquisição de serviços, regime do Emprego Público, Recrutamento e Seleção de  
138 Pessoal, Estruturação de Carreiras, Prestação de Trabalho, Retribuição do Trabalho.

139 Frequentou diversas formações na área Jurídica, tendo concluído com sucesso o GEPAL.

140

141 25 de maio de 2016

142 O Júri,

O Presidente do Júri	O Vogal Efetivo	O Vogal Efetivo
 Mariana Pereira	 Bernardo Maria Melo Pinto Gonçalves	 Marco André Costa Martins Espinheira

143